

Edital de 1ª e 2ª Praça Eletrônica do Imóvel e para intimação dos executados: **Kleber Gallotti Zuniga, CPF: 329.199.548-14** e **Ercilia Gallotti Zuniga, CPF: 044.784.308-70**, bem como o coproprietário **Araripe Zuniga, CPF: 971.131.318-91**, acerca das praças eletrônicas designadas, acerca das praças eletrônicas designadas, expedido nos autos da **Ação de Indenização por Danos Morais e Materiais em fase de cumprimento de sentença**, proposta pelo exequente: **José Carlos Blanco Pousada, CPF Nº 070.113.608-16; Processo nº 0002357-23.2017.8.26.0562.**

O Dr. Frederico dos Santos Messias, MM Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de Santos/SP, com fulcro no artigo 879 e seguintes do CPC. **Faz saber** que por meio do *website*: www.alienajud.com.br, sistema do gestor judicial ALIENAJUD - Alienações Eletrônicas de Ativos Ltda., levará a praça para venda e arrematação o bem abaixo descrito, sendo que a **1ª (primeira) Praça terá início dia 17 (dezesete) de junho de 2019 às 15:00 horas e término no dia 20 (vinte) de junho de 2019, às 15:00 horas**, ocasião em que o bem será entregue a quem mais der, desde que igual ou acima da avaliação. Caso não haja licitantes em primeira praça, inicia-se sem interrupção a **2ª Praça** que se encerrará no dia **10 (dez) de julho de 2019, às 15:00 horas**, ocasião em que o bem será entregue a quem mais der, não sendo aceito lance inferior ao equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação atualizada. Pelo presente edital ficam intimadas as partes das designações supra, na hipótese de não serem localizados para intimação pessoal.

IMÓVEL: O apartamento nº 703, sito no 8º pavimento ou 7º andar do Edifício Arcádia, à rua Gov. Pedro de Toledo nº 11, contendo sala, dois dormitórios, tendo um deles terraço voltado para os fundos do prédio, kitchenete, banheiro completo, corredor de circulação e terraço de serviço com tanque, confrontando pela frente com o hall do pavimento, onde tem sua entrada e com o apartamento 704, de um lado com o apartamento 701, de outro lado com o espaço vazio localizado acima de parte do depósito para autos e nos fundos com a área livre lateral direita do prédio, possuindo a área construída de 78,56 m², correspondendo-lhe uma fração ideal do terreno equivalente a 21,21 m² do todo que se acha descrito na respectiva especificação condominial. Imóvel objeto da matrícula nº 40.220 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Santos. Cadastrado pela Prefeitura Municipal sob nº 66.043.021.029.

AVALIAÇÃO: A avaliação do bem atualizada para maio/2019 é de R\$ 357.005,96 (trezentos e cinquenta e sete mil e cinco reais e noventa e seis centavos).

ÔNUS DO IMÓVEL: **AV. 7** - Consta a existência da Ação de Execução de Título Extrajudicial, processo nº 1010269-38.2016.8.26.0223, movida por Atlântica Combustíveis LTDA contra Araripe Zuniga em trâmite na 2ª Vara Cível de Guarujá/SP; **AV. 8** - O imóvel dessa matrícula foi penhorado nos autos da ação de Execução Trabalhista, processo nº 10018115320155020492, movida por Edmilson Inacio dos Santos contra Ercilia Gallotti Zuniga em trâmite na 2ª Vara do Trabalho de Suzano/SP.

DAS CONDIÇÕES: As praças serão realizadas exclusivamente por MEIO ELETRONICO, através do *website*, pelo qual serão captados os lances. Os interessados deverão cadastrar-se previamente no portal para poderem participar das praças eletrônicas, fornecendo os dados e informações solicitadas. O imóvel será vendido em caráter "*ad corpus*", ou seja, por inteiro, sendo que as áreas mencionadas são meramente enunciativas e repetitivas das dimensões constantes do registro imobiliário, não sendo cabível qualquer pleito com relação ao cancelamento da arrematação, abatimento de preço ou complemento de área, por eventual divergência entre o que constar da descrição do imóvel e a realidade existente. O arrematante adquire o imóvel no estado de conservação em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas. Com isso declara que tem pleno conhecimento de suas instalações, nada tendo a reclamar quanto a eventual vício, ainda que oculto, ou defeito decorrente de uso, a qualquer título e a qualquer tempo, assumindo a responsabilidade pela eventual regularização que se fizer necessária. Todas as providências e despesas necessárias à desocupação do imóvel e efetiva imissão na posse correrão por conta do arrematante.

DO PAGAMENTO DO LANCE: O pagamento do lance vencedor será à vista, cabendo ao arrematante efetuar o pagamento do preço no prazo improrrogável de até 24 (vinte e quatro) horas após o encerramento da alienação judicial eletrônica, por meio de depósito judicial a ser efetivado em favor do Juízo expropriatório,

sob pena de desfazimento da arrematação. O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações, nos termos do artigo 895 do Código de Processo Civil, poderá apresentar: (I) até o início da primeira etapa, proposta por valor não inferior ao da avaliação; (II) até o início da segunda etapa, proposta por valor que não seja inferior a 50% do valor de avaliação atualizado.

DA COMISSÃO DEVIDA AO GESTOR JUDICIAL: A comissão do gestor judicial será de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação e correrá por conta do arrematante ou adjudicante. O pagamento da comissão devida ao gestor judicial deverá ser realizado no prazo improrrogável de até 24 (vinte e quatro) horas a contar do encerramento da alienação judicial eletrônica condicional, por meio de boleto bancário do gestor judicial, sob pena de desfazimento da arrematação. Decorridos o prazo sem que o adquirente tenha realizado o pagamento do lance ou da comissão do gestor, tal informação será encaminhada ao MM Juízo competente para a aplicação das medidas legais cabíveis. Não sendo efetuado pelo adquirente o depósito da oferta ou a comissão do gestor judicial, os lanços imediatamente anteriores serão submetidos à apreciação do MM Juízo.

DÉBITOS DESTA AÇÃO: Os débitos totalizam o valor de **R\$ 160.270,59 (cento e sessenta mil e duzentos e setenta reais e cinquenta e nove centavos)** atualizados até **abril/2019**.

DÉBITOS DO IMÓVEL: Constatam débitos relativos à IPTU, cujo número de lançamento na Prefeitura Municipal de Santos é 66.043.021.029 no valor de R\$ 29.882,38 (vinte e nove mil e oitocentos e oitenta e dois reais e trinta e oito centavos) atualizado até maio/2018.

Nos termos do § Único do art. 130 do CTN, os débitos tributários de caráter *propter rem* a incidirem sobre o imóvel ficarão sub-rogados sobre o preço da arrematação. Os débitos anteriores à arrematação ficarão sub-rogados no preço pago pelo Arrematante. O arrematante somente responderá pelas despesas do imóvel a partir da sua imissão na posse.

Dos autos não constam recursos ou causas pendentes de julgamento.

Outras informações podem ser obtidas no *website*: www.alienajud.com.br, ou, ainda, solicitadas por e-mail encaminhado para contato@alienajud.com.br ou pelos telefones (13) 3224-3694 ou 3221-8692, ou pessoalmente no escritório do gestor judicial, situado na Rua Alexandre Herculano, nº 197, Conjunto 1704, em Santos/SP. E para que produza seus efeitos de direito, será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei. Santos, ____ de _____ de 2019. Eu, _____, Escrivã (o) Diretor(a), subscrevi

Dr. Frederico dos Santos Messias
Juiz de Direito